

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	17
<i>Nota à 6ª edição</i>	19
<i>Nota à 1ª edição</i>	21
I — INTRODUÇÃO	23
II — A CONSTITUIÇÃO	
1. A Constituição	29
2. Conceito de Constituição	32
3. Direito constitucional	35
4. Classificação das Constituições	38
4.1. Quanto à forma	38
4.2. Quanto ao modo de elaboração	39
4.3. Quanto à origem	40
4.4. Quanto à estabilidade ou mutabilidade	40
4.5. Quanto à extensão ou finalidade	42
4.6. Quanto ao conteúdo	43
4.7. Classificação da Constituição Federal de 1988	43
5. Efetivação da Constituição	44
III — O PROCESSO	
1. O processo	47
2. Jurisdição	51
IV — A CONSTITUIÇÃO E O PROCESSO	
1. A Constituição e o processo	57
2. Direito constitucional processual	63
3. O sistema processual brasileiro	65
3.1. O sistema processual inquisitivo	70
3.2. O sistema processual acusatório	75
3.3. O sistema processual misto	78
3.4. O sistema processual adotado pelo Brasil	79
4. A influência do direito constitucional no processo	83
5. Direito processual constitucional	84
V — CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	
1. Controle de constitucionalidade	95

2. Sistema jurídico	97
2.1. Classificação do sistema jurídico	100
3. Supremacia constitucional	105
4. Existência, vigência, validade e eficácia da norma jurídica ..	114
4.1. Existência	115
4.2. Vigência	116
4.3. Validade	123
4.4. Eficácia	129
5. Nulidades no direito público	135
6. Conceito de constitucionalidade	139
7. Conceito de controle de constitucionalidade	140
7.1. Requisitos do controle de constitucionalidade	141
7.2. Espécies de controle de constitucionalidade	144
7.3. Espécies de controle de constitucionalidade repressivo ..	146
8. Controle difuso	147
8.1. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no con- trole difuso	151
8.1.1. Ponderação no controle difuso	153
8.2. A inconstitucionalidade e o Senado Federal no con- trole difuso	155
8.3. Incidente de arguição de inconstitucionalidade	169
8.3.1. Procedimento	173
8.3.2. Natureza jurídica	176
8.3.3. Efeitos da decisão	177
8.4. Súmula vinculante	178
8.4.1. Conceito.....	178
8.4.2. Espécies	182
8.4.3. Objeto	186
8.4.4. Requisitos	186
8.4.5. Regulamentação.....	187
8.4.6. Competência.....	187
8.4.7. Legitimidade.....	187
8.4.8. Natureza	190
8.4.9. Procedimento.....	192
8.4.10. Efeitos	194
8.4.11. Súmula vinculante e reclamação constitucional	197

8.5. Repercussão geral	199
8.5.1. Conceito.....	202
8.5.2. Natureza e finalidade.....	203
8.5.3. Competência	203
8.5.4. Procedimento.....	204
9. Controle concentrado	206
10. Ação direta de inconstitucionalidade genérica	213
10.1. Competência	214
10.2. Legitimidade	214
10.2.1. Chefe do Poder Executivo	217
10.2.2. Mesa das Casas Legislativas	220
10.2.3. Procurador-Geral da República e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ..	220
10.2.4. Partidos políticos com representação no Congresso Nacional	222
10.2.5. Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional	226
10.2.6. Legitimidade universal e limitada	232
10.3. Prazo	234
10.4. Advogado-Geral da União e Procurador-Geral da República	235
10.5. Processo objetivo	236
10.6. Objeto da ação	239
10.6.1. Controle abstrato	239
10.6.2. Controle da inconstitucionalidade	243
10.6.3. Controle repressivo	248
10.6.4. Controle do direito pós-constitucional	258
10.6.5. Controle do direito infraconstitucional	259
10.7. Procedimento	263
10.7.1. Do pedido da medida cautelar	267
10.8. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade	270
10.8.1. Efeitos e eficácia temporal da decisão	281
10.9. A participação do Senado Federal	285
10.10. Interpretação conforme a Constituição	285
10.10.1. Interpretação conforme a Constituição sem redução do texto	290

10.10.2.	Interpretação conforme a Constituição com redução do texto	293
10.10.3.	Limites da interpretação conforme a Constituição	293
10.10.4.	Fundamento da interpretação conforme a Constituição	295
10.11.	Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução do texto	296
11.	Ação declaratória de constitucionalidade	299
11.1.	Competência	301
11.2.	Legitimidade	301
11.3.	Procedimento	302
11.3.1.	Do pedido da medida cautelar	304
11.4.	Efeitos da decisão	304
12.	Ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão	305
12.1.	Competência	312
12.2.	Legitimidade e procedimento	313
12.3.	Efeitos da decisão	317
13.	Ação direta de inconstitucionalidade interventiva	320
13.1.	Competência	323
13.2.	Legitimidade	323
13.3.	Procedimento	323
13.4.	Efeitos da decisão	323
14.	Arguição de descumprimento de preceito fundamental	329
14.1.	Arguição	329
14.2.	Descumprimento	330
14.3.	Preceito fundamental	331
14.4.	Finalidade e objetivo	333
14.5.	Competência	345
14.6.	Legitimidade	345
14.7.	Procedimento	346
14.7.1.	Do pedido da medida liminar	348
14.8.	Efeitos da decisão	348
15.	Quadros comparativos dos instrumentos processuais de controle de constitucionalidade	350

VI — WRITS CONSTITUCIONAIS

1. Jurisdição constitucional das liberdades	355
2. <i>Habeas corpus</i>	356
2.1. Origem histórica	357
2.2. <i>Habeas corpus</i> no Brasil	360
2.3. Conceito e natureza jurídica	365
2.4. Finalidade e características	368
2.5. Tipos de <i>habeas corpus</i>	370
2.6. A ação de <i>habeas corpus</i>	371
2.6.1. Cabimento da ação de <i>habeas corpus</i>	372
2.6.2. Casos de não cabimento do <i>habeas corpus</i>	375
2.7. O processo da ação de <i>habeas corpus</i>	377
2.7.1. Procedimento	377
2.7.2. Condições de ação	378
2.7.3. Início do procedimento	379
2.7.4. Indeferimento liminar da petição	380
2.7.5. Concessão liminar em <i>habeas corpus</i>	380
2.7.6. Informações da autoridade coatora	381
2.7.7. Apresentação do paciente	381
2.7.8. Prejudicialidade do pedido	382
2.7.9. Julgamento do <i>habeas corpus</i>	382
2.7.10. Extensão do <i>habeas corpus</i>	384
2.7.11. Recurso de ofício	385
2.7.12. Reiteração de <i>habeas corpus</i>	385
2.8. Legitimidade	385
2.8.1. Legitimidade ativa	385
2.8.2. Legitimidade passiva	390
2.9. Competência	392
2.9.1. Supremo Tribunal Federal	393
2.9.2. Senado Federal	393
2.9.3. Superior Tribunal de Justiça	394
2.9.4. Tribunais Regionais Federais	394
2.9.5. Tribunais de Justiça	395
2.9.6. Juiz de direito de primeira instância	395
2.9.7. Juizado Especial	396
3. <i>Habeas data</i>	399
3.1. Conceito	399

3.2. Legitimidade	405
3.3. Objeto da ação	407
3.4. Procedimento	410
3.5. Coisa julgada	413
4. Mandado de injunção	413
4.1. Conceito	413
4.2. Natureza jurídica	414
4.3. Objeto da ação	417
4.4. Objetivo da ação	419
4.5. Legitimidade	426
4.6. Procedimento	431
4.7. Diferenças entre mandado de injunção e ação decla- ratória de inconstitucionalidade por omissão	432
4.8. Efeitos da decisão	434
5. Mandado de segurança	444
5.1. Conceito	444
5.2. Natureza jurídica	445
5.3. Objeto da ação	446
5.4. Legitimidade	447
5.5. Procedimento	450
5.6. Efeitos da decisão	453
5.6.1. Coisa julgada	453
5.7. Mandado de segurança coletivo	456

VII — DEFESA DA CIDADANIA

1. Defesa da cidadania.....	477
2. Ação civil pública.....	487
2.1. Conceito	487
2.2. Natureza jurídica	489
2.3. Competência.....	490
2.4. Legitimidade	493
2.5. Tutela.....	499
2.5.1. Meio ambiente.....	501
2.5.2. Consumidor	503
2.5.3. Bens e direitos de valor artístico, estético, his- tórico, turístico e paisagístico.....	504

2.5.3.1. Patrimônio público e social.....	505
2.5.4. Infração da ordem econômica e da economia popular e dos investidores de mercado mobiliário ..	505
2.5.5. Ordem urbanística	506
2.5.6. Interesse difuso ou coletivo.....	507
2.5.6.1. Interesses de grupos de indivíduos.....	509
2.5.6.2. Interesses difusos	509
2.5.6.3. Interesses coletivos.....	510
2.5.6.4. Interesses individuais homogêneos.....	511
2.5.7. Proteção de interesses coletivos e difusos das pessoas portadoras de deficiência.....	515
2.5.8. Interesses difusos e coletivos da criança e do adolescente	515
2.6. Objeto da ação.....	517
2.6.1. Matéria tributária.....	517
2.6.2. Controle difuso de constitucionalidade	520
2.6.3. Políticas públicas.....	525
2.7. Procedimento	529
2.8. Termo de ajustamento de conduta.....	530
2.9. Inquérito civil	531
2.10. Coisa julgada	532
3. Ação popular	538
3.1. Conceito	538
3.2. Competência.....	542
3.3. Natureza jurídica	543
3.4. Legitimidade	544
3.5. Objeto da ação.....	548
3.6. Procedimento	550
3.7. Coisa julgada.....	552

VIII — BIBLIOGRAFIA

1. Livros.....	555
2. Artigos	582
3. Dissertações e teses	590